



## Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 3, jul./dez. 2017

ISSN. 2317-0352

---

### POBREZA, GÊNERO E SEXUALIDADE: um pequeno ensaio sobre um percurso de pesquisa

*Antonio Leonardo Figueiredo Calou<sup>1</sup>*

#### Resumo

Este pequeno ensaio trata de uma articulação necessária no que tange aos discursos que se estabelecem, produzindo e reproduzindo os significados de pobreza na atual conjuntura brasileira. Concebe-se de um percurso de pesquisa que expõe, em uma concepção interdisciplinar, as relações entre pobreza, gênero e sexualidade, chamando atenção para os discursos produtores desses fenômenos sociais e seus vínculos. Entre um diálogo teórico e os caminhos de pesquisa, histórias de vidas ligadas ao programa Bolsa-Família se apresentam, demonstrando a necessidade para o debate das produções de pobreza.

**Palavras-chave:** Pobreza. Gênero e Sexualidade. Discurso.

### POVERTY, GENDER AND SEXUALITY: a small report of a research route

#### Abstract

This small essay deals with a necessary articulation regarding the discourses that are established producing and reproducing the meanings of poverty in the current Brazilian context. It is conceived of a course of research that exposes, in an interdisciplinary conception, the relations between poverty, gender and sexuality, calling attention to the discourses that produce these social phenomena and their links. Between a theoretical dialogue and the journey in ventured, stories of lives linked to the Bolsa-Família program, demonstrate the need to debate the production of poverty.

**Key words:** Poverty. Gender and Sexuality. Speech.

#### Introdução

Temos que procurar considerar que os interesses de pesquisa nem sempre caem de paraquedas na vida acadêmica de um estudante/pesquisador, principalmente se o acadêmico faz parte de um campo de pesquisa que tenha como objeto de estudo as relações humanas. Isto porque, ao tratar da vida social/cultural/política, estamos tratando de relações que se estabelecem no

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Regional do Cariri (URCA); E Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Anhanguera (UNIDERP). E-mail: leo.calou@hotmail.com  
POBREZA, GÊNERO E SEXUALIDADE: um pequeno ensaio sobre um percurso de pesquisa | Antonio Leonardo Figueiredo Calou 248

convívio dos sujeitos de uma sociedade, cultura ou sistema de governo, onde valores de cada uma dessas relações seguem pelo desígnio da especificidade. A posição do pesquisador, então, está longe de ser neutra, como assim queria a razão positivista sobre a ciência (ANDERY, 1988). Mas, muito pelo contrário, pois os valores são parte dos sujeitos pesquisadores, construídos durante toda sua formação humana. Diante disso, há que se concordar que é mito afirmar que a neutralidade faz parte do mundo das produções acadêmicas, haja vista que toda pesquisa tem um interesse, se não, essa não teria sentido de ser feita.

Por isso, aqui afirmo que o que apresento neste ensaio se caracteriza sobre uma pesquisa política e posicionada, vista sobre um olhar socioantropológico crítico<sup>2</sup>, que embasa a minha vida como pesquisador e os meus impulsos (indignação) sobre aspectos das relações sociais que se desenredam no curso da história como repressoras para duas categorias que aqui procuro tratar; gênero e orientação sexual. Essas duas categorias de estudos fazem parte do meu interesse de pesquisa já alguns anos, de modo a ser possível dizer que já fazem parte da minha experiência empírica até mesmo antes de serem objetos de estudos acadêmicos, ou seja, parte da experiência de vida.

Mas, para chegar aos temas, o caminho percorrido não se encaixa nos quesitos da facilidade, haja vista estar inserido em vários contextos e instituições sociais/culturais que moldaram minha personalidade sobre bases e concepções normativas dos construtos sociais que, na maioria das sociedades/culturas, estão concebidos em discursos que controlam e moldam corpos. Assim, penso que, por muito tempo, estive, e claro ainda estou, mas como diria Foucault, agora com um olhar analítico/crítico, buscando desvendar as místicas dos discursos que formam e constroem sujeitos “assujeitados” as normas impostas.

Nesse percurso vivido, foi na graduação de Recursos Humanos que comecei a me instigar pela docência. Nas dificuldades de meus colegas na produção de trabalhos científicos, percebi que docência era, em si, meu campo de atuação.

A busca por uma licenciatura não foi muito fácil, haja vista ser um sujeito encantado pela psicologia, um sonho nunca concretizado por falta de oportunidade - tendo em vista o monopólio de uma instituição de ensino superior particular com o curso na minha região. No imaginário de um encantado, o que mais me aproximaria seria o curso de Ciências Sociais, ofertado pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

---

<sup>2</sup> “Não estaremos muito distante da verdade, se virmos o pensamento sociológico como parte daquilo a que Nietzsche chamou de “a arte da desconfiança”. [...] A perspectiva sociológica envolve um processo de ver além das fachadas das estruturas sociais. [...] Por trás das fachadas escondem-se os mistérios sociais. O desejo de desvendar esses mistérios é análogo à curiosidade sociológica. (BERGER, 1986, p. 40-42).

Para hoje ser um profissional apaixonado pelas áreas de atuação, um lago de desconstruções e angústias me atravessavam o caminho. A cada conhecimento adquirido, algo de libertador na vida. Todavia, uma liberdade que não englobava todos os sujeitos ao meu redor, que, por muitas vezes queriam estar nas limitações dos que lhes era posto, o que me frustrava como profissional. Mas nada é mais gratificante que poder fazer o que se gosta, e ao conhecer os estudos de gênero e sexualidade pelas ciências sociais, além de me libertando das amarras do senso comum normativo, senti minha vida contemplada. Homossexual sem medo de ser, os estudos que me surgiam me fizeram o profissional e o sujeito que sou hoje.

Muito cedo, fiz parte, voluntariamente, do grupo de estudos em Família e Orientação Sexual no Cariri cearense, coordenado pelo professor Leandro de Oliveira, ex-professor do departamento de ciências sociais da URCA. Os estudos no grupo me deram a oportunidade de fazer publicações de pesquisas importantes para minha carreira acadêmica. Dentre muitas, destaco a Reunião Equatorial de Antropologia, mas conhecida no meio como REA, onde apresentei um artigo de base antropológica sobre as paradas LGBTTs da cidade de Juazeiro do Norte. E, também, o Encontro Nacional de Ensino de Sociologia no Ensino Básico, onde levei um relato de histórias de vidas de homossexuais que deixaram a escola por homofobia.

Desde então, concebi este espaço como meu. Foi nas pesquisas de gênero e sexualidade que me encontrei como pesquisador/professor/sujeito social e político, podendo exercer a minha cidadania, perante os gritos ouvidos na história dessas categorias.

Por fins da graduação de Ciências Sociais, já estava envolvido com projetos sociais em escolas e espaços de ação coletiva. Dentre eles, destaco a iniciativa que ainda se constrói, de criar uma sala de aula pré-enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para travestis e transexuais, como medida de reinserir os sujeitos estigmatizados/as pela violência machista e homofóbica que lhes condenou a realidades precárias. Assim, lhes dando a oportunidade de acender pela educação superior. Voluntariei-me como professor de sociologia e temas de redação.

A seleção para especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertada pela Universidade Federal do Ceará, UFC, era a oportunidade precisa no momento em que me passava. Pois, há poucos sete meses antes, tinha sido contratado, em modalidade de prestação de serviços, pelo Instituto de Educação e Negócios do Ceará – IECE, para ministrar aulas nos cursos de graduação e especialização. Uma seleção difícil, pelo fato de não obter certificado de especialista nem diploma de mestre, com os quais estava concorrendo, mas consegui ser selecionado em segunda colocação. A seleção pela vaga na especialização foi uma grande conquista que abracei. Isto porque,

diante dos quesitos exigidos no seu edital, só me encaixava na última categoria de prioridades para as vagas, que não é para tanto que foi selecionado na segunda chamada e em último lugar.

A especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, além de me dar o título de especialista, veio me trazer a oportunidade, em primeira instância, de conhecer mais sobre as temáticas abordadas e aplicá-las em minha vida profissional, política e pessoal. Aliás, a todo tempo, estive inserido nessas temáticas, quando era com movimentos sociais de mulheres e homossexuais que estavam presentes nas minhas pesquisas.

Ao adentrar a esse aperfeiçoamento, já se concebia muito esmaecida a articulação das temáticas com o objeto de pesquisa que sempre me instigaram o conhecimento. Por conta disso, já ficou bem claro, nas pesquisas de vários intelectuais, que a produção da desigualdade social se dá também pelos mesmos discursos que precarizam a vida de sujeitos por suas condições de gênero e sexuais (BUTLER, 2011). Nessa rede de discursos, a educação e o conhecimento parece então ser a melhor forma desmistificar.

A reflexão para essa pesquisa se deu então em pensar: Como as relações de gênero e sexualidades se inserem no discurso da pobreza e da desigualdade social? E como o discurso se torna a tecnologia de poder promotora e reprodutora da pobreza? A forma que encontrei para responder essas perguntas se caracteriza por um dos objetos de estudo em curso, o programa Bolsa-Família, através de algumas histórias de vida.

## **1. A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO DISCURSO DE POBREZA: diálogos do meu caminho**

Pensando essas perguntas de partida, comecei a investigar os conceitos-base nos quais ela se insere, a começar pelo discurso. Não me consistiria melhor referência se não fosse advinda de Michel Foucault.

Francês de Poitiers, Paul-Michel Foucault é um dos estudiosos das ciências humanas que hoje tem trazido grandes contribuições teóricas e, ao mesmo tempo, polêmicas sobre o sujeito social e sua relação com a coletividade. Foucault tem suas bases de pensamentos bem polêmicas desde sua adolescência, quando quebra sobre o paradigma tradicional de uma família de médicos, se graduando em história, filosofia e psicologia. Nasceu no ano de 1926 e morreu no ano de 1984, sua morte muito cedo se deu pela contaminação com o vírus do HIV/AIDS, doença que o levou à morte (BORDIN, 2014; FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

Michel Foucault conseguiu perceber coisas muito óbvias nas relações sociais que não se caracterizava claras ao consciente humano, ou seja, ações e comportamentos que passavam subjetivamente pelo cotidiano sem muitas percepções. Suas principais teorias são consideradas os estudos sobre o poder, o biopoder e as considerações da sociedade de disciplina, ou melhor, sociedade disciplinar (RODRIGUES, 2003).

Dentre algumas percepções metodológicas, é bem claro, nas suas obras, que Michel Foucault caracteriza e prioriza a Análise de Discurso. Método utilizado em grande parte delas. Para além de um método linguístico, via no discurso a articulação, ou melhor, a produção do poder que acaba estando presente em todas as relações sociais. Para Foucault, o discurso é um mecanismo de poder, que, nas suas palavras, se concebia como “tecnologia de poder” que, fundamentado conscientemente no saber manifesto sobre o outro, ou os outros, os torna mecanismos de desejos individuais numa ordem para com a coletividade, o que teoriza como “tecnologias do eu”. Neste sentido, o discurso, para o autor, significa o meio para exercer poder e controle de corpos. De acordo com o mesmo:

Por mais que o discurso seja, aparentemente, bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que –isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 1998, p. 10).

É no discurso que consigo ver as construções sociais sobre gênero, sexualidade e desigualdade social se enredar e afetar subjetivamente a vida de mulheres e homossexuais. A história constituiu sobre o feminino um discurso que a submergia perante o masculino, colocando-lhes em lugar submisso e de obediência, inferiorizando tudo que dela se aproximasse, como homossexualidade. Esse enredo se dá até os dias atuais, pois é constatável que, mesmo com muita luta, a mulher sofre em duplas jornadas de trabalho, são excluídas de funções denominadas masculinas e recebem os menores salários. E para que nada disso aconteça a um homossexual, ele precisa se colocar numa postura heteronormativa. São os mais sublimes discursos que produzem a desigualdade social e convencem milhares de seu lugar nela, como assim nos explica Judith Butler.

Judith Butler é uma filósofa americana reconhecida internacionalmente pelos seus estudos filosóficos e sociais sobre as temáticas de gênero e sexualidade, teorias queer, ética e política e suas implicações históricas e na modernidade. Nasceu em fevereiro de 1956 e, desde muito cedo, na sua formação, se interessava pelos estudos estruturalistas do antropólogo Claude Lévi-Strauss, hoje, sendo ela, considerada uma pós-estruturalista, por conseguir pensar concepções para além das

estruturas sociais, um dos grandes exemplos dela é a sua teoria da subversão. Judith Butler cursou o Ph.D. em filosofia, na universidade de Yulé University.

Seu artigo *Vida Precária*, traduzido para o português brasileiro pelo sociólogo Richard Miscolci e publicado pela Revista Contemporânea do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Santa Catarina – UFSCAR, trata, talvez, de uma reflexão mais teórica sobre o mecanismo de poder que muito é citado pela autora, o discurso. Mesmo não trazendo este conceito como palavra-chave do seu trabalho, é possível notar que, para a autora pós-estruturalista, o discurso é a base para pensar a produção e o convencimento de vidas que são sujeitadas a precarização humana.

Como na maioria de seus artigos e escritos de livros, Judith Butler quase sempre começa argumentando suas pesquisas com base em acontecimentos na sua vida. *Vida Precária* não é diferente, sua escrita antropológica/filosófica dá ênfase a uma discussão departamental sobre a contribuição da filosofia para com as ciências humanas, questionada se ambas ainda dão conta ou mesmo contribuem sobre a vida humana. É incrível como uma simples discussão de alguns intelectuais geram questões de estudos que vigoram e que acabam por mostrar pesquisas de grande validade e “verdades” (por mostra uma realidade). Em *Vida Precária*, o discurso questionador é intencional, quer-se desvalorizar, ou melhor, deslegitimar as ciências humanas, inferiorizando-as no rol das supostas ciências “sérias”.

Obviamente, seria paradoxal se agora eu fosse argumentar que aquilo que realmente precisamos é amarrar discurso e autor e que, dessa maneira, iremos restabelecer ambos, o autor e a autoridade. Eu realizei a minha cota de esforço, junto com muitos de vocês, justamente para desfazer essa amarra. No entanto, o que realmente me parece estar faltando, e o que eu gostaria de ver e ouvir retornar, é uma reflexão sobre a própria estrutura do discurso. Pois, ainda que eu não soubesse na voz de quem aquele diretor de editora universitária estava falando, se a fala era mesmo sua ou não, eu realmente senti como se estivesse sendo submetida a um discurso específico, e que algo chamado humanidades estava sendo, sob algum ponto de vista, de quem quer que o seja, ridicularizada. Responder a esse discurso parece-me uma obrigação importante nestes tempos. Essa obrigação não diz respeito apenas à reabilitação do autor com o conteúdo de seu discurso per se. Ela diz respeito a um modo de resposta para quando somos submetidos a um discurso, um comportamento em relação ao Outro apenas quando o Outro me demandou algo, ou acusa-me de uma falha ou me obriga a assumir alguma forma de responsabilidade. (2011, p. 14-15).

Refletindo dessa forma, Judith Butler me faz pensar o quão sério é o poder sobre as relações humanas, que, em si, podem deslegitimar conhecimentos que são históricos e que, a todo o momento, estão se resignificando e se reconstruindo. *A Ordem do Discurso*, o qual cita a autora, trata de uma hierarquia do conhecimento em que posiciona sujeitos e assujeitados como bem explica Foucault, mas no caso de Butler ressaltando a precarização.

A estrutura do discurso é importante para a compreensão de como a autoridade moral é introduzida e sustentada se concordarmos com o fato de que o discurso está presente não

apenas quando nos reportamos ao Outro, mas que, de alguma forma, passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer. (2011, p. 15).

Nesse processo de discurso como mecanismo de estabelecer uma relação de autoridade e submissão, compreendendo que o discurso do outro serve para me constituir, ou seja, ele sistematicamente me impõe “verdades” sobre eu mesmo e tenta me convencer disso. Esse processo é chamado pela autora de “autoridade moral”. O discurso moralizante é de concepção informativa, não me é dada a oportunidade reflexiva. Essa concepção tende a forçar no discurso a amostragem de quando estou submergindo a uma coalizão de forças produzidas pela autoridade moral.

A autoridade moral trata da legitimidade outorgada a um sujeito que tem poderes demandados, muitas vezes, por mim mesmo, a falar sobre algo sobre mim. É o caso dos políticos que elegemos. Ao eleger um político, dou a ele autoridade moral a me representar, procurando defender meus direitos enquanto cidadã/cidadão. Muitas vezes, sem saber de suas reais concepções ideológico/políticas. Mas, ao elegermos, pelo menos, esperamos que este ou aquele outro esteja preparando para me defender sobre uma concepção justa, esperando que esteja apropriado ao cargo que estamos lhes oferecendo, um cargo que exige muito dos valores de honestidade e cuidado.

De fato, essa concepção do que é moralmente vinculante não é dada por mim mesmo; ela não procede da minha autonomia ou de minha própria reflexividade. Ela chega a mim de um lugar desconhecido, de forma inesperada, involuntária e não planejada. Na verdade, ela tende a arruinar meus planos e, se meus planos são desfeitos, isso pode muito bem ser o sinal de que uma autoridade moral pesa sobre mim. (2011, p. 15).

No entanto, o que esperamos não é nem de perto o que se estabelece como realidade na maior parte do sistema político brasileiro, principalmente hoje, que nos deparamos com uma formação política muito falha, onde o discurso não condiz, nem de longe, com prática dos sujeitos que estão no poder. Neste caso, é claro que a produção do discurso é um mecanismo de obtenção de poder, uma forma de ganhar bens e status em cima do credo da população mais precária. Mas quem é essa população precarizada?

Para responder, mesmo estando embasado por Judith Butler, vou fazer menção agora a Walkiria Rego e Pizani. De acordo com os autores, nós mesmos construímos as vidas precárias, quando acreditamos nos discursos prontos e aceitamos como verdades e os reproduzimos. Quando nas relações mais subjetivas submergimos o outro pela falta de conhecimento, status econômicos ou mesmo falta de posição em muitas classes sociais.

A indiferença diante do sujeito semelhante faz, em termos morais, do cinismo gelado uma forma de sociabilidade. Cidadãos(ãs) que são ou foram excluídos(as) do acesso ao bem-estar, à cultura e à educação tiveram seus direitos prejudicados, na maioria das vezes, de forma irreparável. Sua liberdade, em sentido profundo, que engloba capacidade de escolha e decisão sobre sua vida, foi gravemente ferida. Dessa forma, instalam-se as injustiças sociais, econômicas, políticas e jurídicas; e erigem de modo de intervenções e de seus(suas)

agentes públicos(as), fundados na crueldade e na indiferença em relação ao sofrimento dos(as) pobres. “Naturalizam-se”, por assim dizer, os preconceitos e a formação de estereótipos contras esses indivíduos. (REGO e PIZANI, 2015, p. 11).

Neste sentido, somos também responsáveis pela precarização que se produz e reproduz principalmente nos discursos daqueles que são jogados à margem da sociedade. Fomentamos enquanto esses construtos sociais e seus interesses hegemônicos que levam subjetivamente ao outro, o informativo de sua vida precária, a sua precariedade, que por sinal se torna convencida e aderida. Somos produtores de desigualdades sociais a partir do discurso que defendemos.

## **2. Pobreza, gênero e sexualidade: o Bolsa-família em algumas histórias de vida.**

As relações que se estabelecem no discurso das categorias de gênero e sexualidade sobre a desigualdade se mostram sutis e quase imperceptíveis aos sujeitos sociais, que, por muito pouco, acabam por reproduzir esses discursos. A educação configurada na escola se mostra enfaticamente uma reprodutora desses discursos, se não formada para perceber nos contextos que submergem na atualidade sobre alguns discursos. A educação, como instância do conhecimento, precisa urgentemente atentar para a análise do discurso que inferioriza (ALVAREZ LEITE, 2015; MENDONÇA, 2015).

O programa Bolsa-Família, hoje, no Brasil, passa por uma reprodução de discursos que tem todo um interesse político e ideológico. Sobre ele atualmente recaem concepções políticas que alienam a massa de enunciados como: “O Bolsa-Família só serve pra dar dinheiro ao pobre que agora não quer mais trabalhar”. Analisando esse discurso, algumas questões me instigam à curiosidade. De onde vem esse discurso? Qual o interesse dele? É ajudar a propagar uma política que tem trazido desenvolvimento para a população, retirando do estado de pobreza vários/as indivíduos/as? É bem claro que não. O discurso é cheio de posições, vem de classes burguesas, que não se beneficia do programa, pois se fosse dele necessitado não o acusaria. Logo, caberia mais algumas perguntas: qual o trabalho do pobre? Existe esse espaço? É ele precarizado e sem regulamentação trabalhista como por muito tempo foi à doméstica? O que se quer não é perpetuar a desigualdade?

Questionamentos sobre essas indagações aparecem aos montes, mas só com a realidade de uma família realmente pobre é que podemos constatar a eficiência do programa. Um exemplo de uma dessas famílias é a de dona Lúcia<sup>3</sup>.

Relutei muito em fazer a pesquisa com a família de dona Lúcia, pois é uma senhora amiga que conheço desde a minha infância. Fiquei bastante inseguro em pensar qual sua reação diante de nossa conversa sobre a Bolsa-Família. Mas, pelo seu jeito atencioso e amigável, principalmente nos momentos que passava de frente a sua casa e ela me cumprimentava com seu ar de senhora alegre, sentia que a mesma não iria negar fazer uma entrevista. E não negou. Ao explicá-la sobre a pesquisa, prontamente aceitou fazer uma entrevista gravada. No entanto, dona Lúcia não aceitou assinar o termo de consentimento de entrevista, talvez por uma brincadeira feita por sua filha mais nova, que mencionou ela perder o benefício se assinasse. Receosa com a situação, resolveu não assinar e se justificou estar sem seus óculos, depois justificou dizendo que não tinha estudado e que tinha escrito feio. Deixei passar, aliás ela já teria falado no gravador que aceitaria participar da pesquisa.

A vida de dona Lúcia se resume numa caminhada dura. Casou cedo e teve cinco filhos com seu ex-marido, que a abandonou, deixando sobre sua responsabilidade a casa e as suas despesas. Para sustentar a família, dona Lúcia passou anos vendendo bilhetes da sorte, até descobrir um problema no coração que a impedia de trabalhar. Teve uma vida complicada após fazer a cirurgia, pois vivia dos bicos que fazia como doméstica, ela e suas três filhas que moravam com ela. Todas com mais de 18 anos, e com filhos, as filhas sustentavam a casa e seus filhos, também fazendo bicos. Na atualidade, só uma delas estava sobre o regime trabalhista.

O Bolsa-Família foi uma ajuda incomensurável, deu a dona Lúcia a oportunidade de não depender nem do marido, nem das filhas, apesar de só receber o benefício por conta de seus netos. Mas é com o dinheiro que recebe que dona Lúcia consegue gerir algumas contas da casa e fazer compras de alimentação para seu uso. Sem o benefício, a casa se desestruturava, já que não há quem pague as contas. Mesmo sendo uma senhora com limitação, por seus problemas cardíacos, ela insiste em trabalhar lavando roupas de outras famílias para ajudar a completar a renda mensal.

Dona Lúcia é um exemplo de vida corporificada nas questões já apresentadas. Sobre sua vida, deixa a resposta aos discursos interessados na desigualdade social daqueles que querem a reprodução desta para viverem sob suas regalias.

Outra história de vida que me instigou à busca foi a de Felipe<sup>4</sup>. Já tinha o procurado em outro momento para outro trabalho que versava sobre o tema da evasão de homossexuais da sala de

---

<sup>3</sup> Nome fictício, criado para preservar o anonimato do sujeito e sua história de vida.

<sup>4</sup> Nome fictício, criado para preservar o anonimato do sujeito e sua história de vida.

aula e suas histórias quanto ao tema. Felipe foi sempre meio difícil de lidar com a situação quanto a ser entrevistado. É um sujeito relativamente tímido, ou de introspecção com certos assuntos. Por meio de bate-papo numa rede social, pedi-lhe concessão a ir até ele entrevistá-lo.

Meu interesse na história de Felipe se dá pela estrita relação de repulsa que o mesmo teve à escola, por alguns momentos no seu passado. Homossexual assumido, Felipe sofreu momentos de homofobia ferrenhos, o que o fez sair da escola. Sabemos que, sem educação, nos dias atuais, a vida para um adolescente, como o era Felipe, não era fácil, e sem conhecimento, sua perspectiva de ascensão não era das melhores, já que não via como voltar para a escola. É filho de mãe separada. É o mais velho de casa, tem dois irmãos. Continua hoje, com 21 anos, a trabalhar como recepcionista de Cybercafé. Nada oficializado. Mas, desde a primeira entrevista, está no mesmo emprego. Faz também bicos de DJ, para completar a renda.

Pode parecer estranho, pois, quem deveria ser a entrevistada era mãe de Felipe, que é a beneficiária do programa Bolsa-Família. No entanto, é o Felipe mesmo, o personagem principal dessa história neste ensaio. Pois a mãe, impossibilitada de trabalhar por conta de dois filhos pequenos, relega a Felipe mesmo que indiretamente a estudar e fazer bicos, possibilitando alguma renda para sua casa.

O discurso homofóbico marginalizou a sua vida, retirando-a o conhecimento e a possibilidade de ascender profissionalmente, mas não tirou dele a dignidade de cuidar da sua mãe e de seus irmãos. O Bolsa-Família é uma renda complementar para Felipe que no Cybercafé não ganha sequer um salário mínimo. É com ela que a sua mãe gere contas básicas dentro de casa, ao mesmo tempo em que consegue fazer com que seus irmãos estudem.

É bem claro que o discurso homofóbico marginaliza vidas, que, nem sempre, conseguem se erguer perante os fatos que ocorrem. A vida desse sujeito é conturbada e cheia exemplos. Felipe é uma resposta ao discurso de que “Bolsa-Família só serve para sustentar vagabundo”.

A entrevista com Felipe foi muito difícil, pois, por várias vezes, tive a impressão de que ele achava que eu, na minha condição de pesquisador, só o procurava para saber coisas de sua vida, para estar falando dela em meus trabalhos, como se eu sentisse pena de sua história. Na verdade, nem se passa pela minha mente e coração esse sentimento, mas muito pelo contrário, acredito mesmo que a sua história de vida pode ser exemplo de aprendizado para muitas outras, inclusive a minha (por isso, estou criando um laço maior de amizade, para quem sabe, no futuro, eu conseguir dar algum apoio). E que, no caso específico de sua família e do Bolsa-Família, contribuir para mostrar as dificuldades de uma família que vive com o pouco que é essa renda. Felipe não me deixou gravá-lo, por isso, tomei nota das nossas conversas.

## Considerações finais

Acredito que cheguei aqui contemplando aquilo a que propus discutir neste ensaio, que se consistia em trazer uma leitura sobre o meu percurso de pesquisa nas linhas que seguem as categorias de gênero e sexualidade como discursos que produzem vidas precárias e desigualdades sociais, encontrando no programa Bolsa-Família um espaço a se estudar.

Mas, talvez seja preciso esclarecer que não estou pretendendo fixar pontos da desigualdade social e da pobreza sobre as categorias de gênero e sexualidade, muitas outras também sofrem com o discurso repressor que vem se constituindo durante nossa história. Como também não procuro aqui fazer qualquer defesa que seja sobre o programa Bolsa-Família sobre bases políticas, trazendo comoção sobre as histórias de vida aqui tratadas. Contudo, pretendo sim trazer respostas a discursos interessados que acabam por alienar grande massa da população brasileira, retirando o respeito de um programa que com provas em seus estudos tirou grande parte da nossa população da miséria.

Penso que, se temos que mudar a cultura, precisamos mudar primeiro a educação. Mudarmos a nós mesmos enquanto pesquisadores e educadores. Seremos mais atentos aos discursos que nos são dados ou impostos. Para que possamos avaliar com cuidado o peso e as medidas, tendo em vista que, podemos intervir na repressão que muitos sofrem nos dias atuais.

Este percurso de pesquisa é apenas o ensaio inicial de uma contribuição maior que resultará na produção de uma publicação subsequente promovida pela Universidade Federal do Ceará e a Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. É por esse motivo que o que apresento aqui, em modelo de comunicação, é uma pequena e abreviada discussão que constaram nos próximos enredos.

## Referências

ALVAREZ LEITE, Lúcia Helena. *Escola: espaços e tempos de reprodução e resistência da pobreza*. Fortaleza: SECAD, 2015.

ANDERY, Maria Amália. Et al. *Para compreender a ciência*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988.

BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanista*. Petrópolis: editora Vozes, 1986.

BORDIN, Tamara Maria. O SABER E O PODER: contribuições de Michel Foucault. *SABERES*, Natal, v. 1, n.10, p. 225-235, nov. 2014.

BUTLER, Judite. Vida Precária. *Contemporânea*. São Carlos, n. 1, p. 13-33, jan.-jun. 2011.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes. e RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista RAP*, Rio de Janeiro, ed. 44, nº 2, p. 367-83, mar.-abr. 2010.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. 22º ed. São Paulo: Graal, 2012.

MENDOÇA, Erasto Fortes. Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. Fortaleza: SECAD, 2015.

REGO, Walquiria Leão. PINZANI, Alessandro. *Pobreza e Cidadania*. Fortaleza: SECADI, 2015.

RODRIGUES, Sérgio Murilo. A relação entre o corpo e o poder em Michel Foucault. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 109-124, jun. 2003.

#### COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO

CALOU, Antonio Leonardo Figueiredo. Pobreza, gênero e sexualidade: um pequeno ensaio sobre um percurso de pesquisa. *Revista Café com Sociologia*. v.6, n.3, p. 248-259, 2017.

*Recebido em: 26 de set. 2017*

*Aceito em: 17 de fev. 2018*